

POLÍTICAS PÚBLICAS E INCLUSÃO EDUCACIONAL: DESAFIOS PARA A EFETIVAÇÃO DO DIREITO À EDUCAÇÃO

PUBLIC POLICIES AND EDUCATIONAL INCLUSION: CHALLENGES FOR THE
EFFECTIVENESS OF THE RIGHT TO EDUCATION

Ciências Exatas e da Terra, Ciências Humanas • 05/06/2026

REGISTRO DOI: [10.70773/revistatopicos/780583246](https://doi.org/10.70773/revistatopicos/780583246)

Elaine Lima Nascimento¹
Elga Viana Barreto Alves²
Eliana Maria de Sousa Lima e Sousa³
Enelicio Gonçalves Lucas⁴
Jarlson Carneiro Amorim da Silva⁵
Marlete Moreira de Araujo⁶
Miriam Rodrigues Barbosa⁷
Mirian Roberta dos Santos Fujiyoshi⁸
Selma Modesto Leandro⁹
Vanessa Vasconcelos Lima¹⁰
Francisco José da Cunha Cavalcanti¹¹

RESUMO

A inclusão educacional representa um dos principais desafios contemporâneos das políticas públicas voltadas à garantia do direito à educação. Apesar dos avanços normativos e institucionais observados nas últimas décadas, ainda persistem obstáculos relacionados à implementação efetiva de práticas inclusivas nos sistemas de ensino. Este artigo objetiva analisar as políticas públicas educacionais direcionadas à inclusão, destacando os desafios enfrentados pelas instituições escolares para assegurar o acesso, a permanência e a aprendizagem dos estudantes em condições de equidade. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica e documental, fundamentada em legislações educacionais e produções científicas sobre educação inclusiva. Os resultados apontam que fatores como formação docente, gestão escolar, infraestrutura, financiamento e acompanhamento das políticas influenciam diretamente na efetivação da inclusão. Conclui-se que a consolidação de uma educação inclusiva exige ações articuladas entre Estado, escola e sociedade.

Palavras-chave: Inclusão educacional; Políticas públicas; Direito à educação; Gestão escolar; Educação inclusiva.

ABSTRACT

Educational inclusion represents one of the main contemporary challenges of public policies aimed at guaranteeing the right to education. Despite the normative and institutional advances observed in recent decades, obstacles related to the effective implementation of inclusive practices within educational systems still persist. This article aims to analyze public educational policies focused on inclusion, highlighting the challenges faced by educational institutions in ensuring access, permanence, and learning opportunities for students under conditions of equity. This

study is characterized as bibliographic and documentary research, based on educational legislation and scientific literature on inclusive education. The findings indicate that factors such as teacher training, school management, infrastructure, funding, and policy monitoring directly influence the effectiveness of educational inclusion. It is concluded that the consolidation of inclusive education requires coordinated actions among the State, schools, and society.

Keywords: Educational inclusion; Public policies; Right to education; School management; Inclusive education.

Introdução

A educação constitui um direito social fundamental e um dos principais instrumentos de promoção do desenvolvimento humano, da cidadania e da redução das desigualdades sociais. Reconhecida como elemento essencial para a construção de uma sociedade mais justa, democrática e inclusiva, ela ultrapassa a dimensão da transmissão de conhecimentos, assumindo papel estratégico na formação integral dos indivíduos e no fortalecimento da participação social. Nesse sentido, o acesso à educação de qualidade representa não apenas uma garantia constitucional, mas também um compromisso ético e político voltado à efetivação dos direitos humanos.

No contexto das transformações sociais contemporâneas, a inclusão educacional passou a ocupar posição central nas discussões acadêmicas e nas agendas governamentais, especialmente diante da necessidade de assegurar que todos os estudantes tenham acesso às oportunidades educacionais em condições de igualdade. A perspectiva inclusiva fundamenta-se no reconhecimento da

diversidade humana como elemento constitutivo do processo educativo, compreendendo que diferenças sociais, culturais, econômicas e individuais não devem representar obstáculos ao aprendizado e ao desenvolvimento escolar.

No cenário brasileiro, importantes avanços legais e institucionais foram implementados nas últimas décadas com o objetivo de promover uma educação mais inclusiva e equitativa. Instrumentos normativos passaram a reafirmar o compromisso do Estado com a garantia do direito à educação para todos, estabelecendo princípios voltados ao acesso, à permanência e ao sucesso escolar. Entretanto, embora o ordenamento jurídico tenha ampliado o reconhecimento formal desse direito, sua concretização ainda enfrenta limitações relacionadas às condições estruturais das escolas, à gestão educacional, ao financiamento público e às práticas pedagógicas desenvolvidas no cotidiano escolar.

Nesse contexto, observa-se que a implementação das políticas públicas educacionais exige mais do que a formulação de normas e diretrizes; demanda ações efetivas que articulem planejamento, investimento, acompanhamento e avaliação contínua dos resultados alcançados. A efetivação da inclusão depende da existência de ambientes escolares preparados para acolher a diversidade, de profissionais qualificados para lidar com diferentes necessidades educacionais e de mecanismos institucionais que favoreçam práticas pedagógicas comprometidas com a equidade e com a justiça social.

Além disso, persistem desafios relacionados à formação inicial e continuada dos docentes, à adequação curricular, à disponibilidade de recursos pedagógicos e tecnológicos, bem como à consolidação

de uma cultura escolar orientada pelos princípios da inclusão. Tais fatores demonstram que a garantia do direito à educação permanece como um processo em constante construção e aperfeiçoamento, exigindo esforços coletivos entre Estado, instituições educacionais e sociedade.

Diante dessa realidade, este estudo busca responder ao seguinte problema de pesquisa: quais fatores limitam a efetivação das políticas públicas de inclusão educacional no contexto escolar? Para responder a essa questão, o objetivo geral consiste em analisar os desafios enfrentados na implementação das políticas públicas voltadas à inclusão educacional. Como objetivos específicos, pretende-se compreender os fundamentos das políticas inclusivas, identificar os principais obstáculos presentes nas instituições escolares e discutir possibilidades para o fortalecimento de práticas educacionais capazes de promover uma educação inclusiva, equitativa e socialmente comprometida.

Essa investigação justifica-se pela relevância científica e social do tema, uma vez que discutir inclusão educacional significa refletir sobre os mecanismos necessários para garantir que o direito à educação seja efetivamente concretizado, contribuindo para o fortalecimento das políticas públicas e para a construção de sistemas educacionais mais democráticos e acessíveis.

Políticas Públicas e Direito à Educação

As políticas públicas constituem instrumentos fundamentais de ação do Estado para responder às demandas sociais e promover a garantia dos direitos fundamentais. No campo educacional, essas políticas assumem papel estratégico na organização dos sistemas

de ensino e na redução das desigualdades historicamente presentes na sociedade. Sua finalidade ultrapassa a oferta de serviços públicos, abrangendo a construção de condições que assegurem acesso, permanência, participação e aprendizagem para todos os sujeitos.

De acordo com Souza (2006), políticas públicas podem ser compreendidas como o conjunto de decisões e ações governamentais direcionadas à solução de problemas coletivos, envolvendo processos de formulação, implementação, monitoramento e avaliação. Na educação, tais políticas tornam-se mecanismos essenciais para concretizar direitos sociais e promover oportunidades educacionais mais equitativas.

No contexto brasileiro, o direito à educação foi fortalecido a partir da Constituição Federal de 1988, que estabeleceu em seu artigo 205 que a educação constitui direito de todos e dever do Estado e da família, devendo ser promovida com a colaboração da sociedade para assegurar o pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (BRASIL, 1988).

Essa concepção ampliou significativamente o entendimento sobre a função social da educação, superando modelos restritos ao acesso escolar e incorporando princípios relacionados à equidade, permanência e qualidade do ensino. Conforme destaca Saviani (2013), a educação passou a ocupar posição central no projeto democrático brasileiro, tornando-se condição indispensável para o exercício da cidadania e para a redução das desigualdades sociais.

A partir desse marco constitucional, novas legislações foram elaboradas visando regulamentar e ampliar os mecanismos de

garantia do direito educacional. Entre elas destaca-se a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional LDB nº 9.394/1996, que estabelece princípios para organização da educação brasileira e reforça o compromisso com igualdade de condições para acesso e permanência na escola.

Segundo Cury (2008), o direito à educação não se limita ao oferecimento formal de vagas escolares; exige condições efetivas para que os indivíduos desenvolvam suas potencialidades e participem plenamente da vida social. Dessa forma, a democratização educacional deve ser compreendida como processo contínuo de ampliação das oportunidades de aprendizagem.

Nessa perspectiva, as políticas públicas educacionais passaram gradativamente a incorporar princípios de inclusão, reconhecendo a diversidade como característica constitutiva do ambiente escolar. A inclusão educacional emerge como modelo que busca substituir práticas historicamente excludentes por estratégias voltadas à valorização das diferenças e à construção de ambientes acessíveis.

Para Mantoan (2015), a educação inclusiva representa uma mudança paradigmática na organização escolar, pois desloca o foco da adaptação do estudante para a transformação da própria instituição educativa. Isso significa reconhecer que as barreiras à aprendizagem muitas vezes decorrem das estruturas escolares e não exclusivamente das características dos sujeitos.

Nesse sentido, o conceito contemporâneo de inclusão não se restringe ao atendimento de estudantes com deficiência, mas engloba todas as formas de diversidade presentes no contexto escolar, incluindo fatores sociais, econômicos, culturais, étnicos e

territoriais. Conforme Booth e Ainscow (2011), sistemas educacionais inclusivos são aqueles capazes de identificar e remover obstáculos que limitam o aprendizado e a participação.

A ampliação desse debate levou organismos internacionais a exercer influência significativa sobre as políticas educacionais nacionais. Entre os documentos mais relevantes destaca-se a Declaração de Salamanca (1994), que consolidou o entendimento de que escolas inclusivas devem acolher todas as crianças independentemente de suas condições individuais.

Mais recentemente, a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável reforçou esse compromisso ao estabelecer, entre seus objetivos, a promoção de uma educação inclusiva, equitativa e de qualidade para todos. Essa diretriz ampliou o entendimento sobre o papel das políticas públicas na promoção da justiça social e do desenvolvimento humano.

Segundo Libâneo (2021), políticas educacionais eficazes dependem não apenas da formulação normativa, mas da capacidade institucional de implementação e acompanhamento das ações propostas. O autor destaca que muitas iniciativas governamentais enfrentam dificuldades em alcançar os resultados esperados devido às desigualdades regionais, limitações financeiras e ausência de mecanismos permanentes de avaliação.

Além das dimensões estruturais, a efetividade das políticas públicas está diretamente relacionada à gestão escolar e à atuação docente. Nesse cenário, gestores e professores assumem papel estratégico na tradução das diretrizes legais em práticas pedagógicas concretas.

Paro (2018) argumenta que uma gestão educacional democrática fortalece processos inclusivos ao ampliar a participação da comunidade escolar na tomada de decisões e na definição de prioridades institucionais. A gestão participativa contribui para construir ambientes mais sensíveis às necessidades dos estudantes e mais comprometidos com o direito à educação.

Outro aspecto relevante refere-se à formação dos profissionais da educação. Conforme Nóvoa (2019), os desafios contemporâneos exigem modelos formativos que articulem conhecimento técnico, reflexão crítica e desenvolvimento profissional contínuo. Para o autor, o fortalecimento das políticas inclusivas depende diretamente da valorização docente e da construção de competências voltadas à diversidade.

Autores contemporâneos como Mainardes (2018) ressaltam ainda que políticas públicas educacionais devem ser analisadas não apenas em sua formulação oficial, mas também em seus processos de interpretação e implementação local. Isso significa reconhecer que escolas e profissionais reinterpretem continuamente as políticas conforme suas condições institucionais e contextos sociais.

Desse modo, observa-se que a efetivação do direito à educação exige uma abordagem integrada entre legislação, financiamento, gestão, formação docente e práticas pedagógicas inclusivas. O reconhecimento legal constitui etapa indispensável, porém insuficiente, para assegurar que todos os estudantes tenham condições reais de acesso, permanência e sucesso escolar.


Portanto, compreender a relação entre políticas públicas e direito à educação implica reconhecer que a inclusão educacional representa

um compromisso permanente de transformação institucional e social. A consolidação desse direito demanda ações articuladas entre Estado, escola e sociedade para garantir que os princípios legais se convertam em experiências concretas de aprendizagem e participação.

Inclusão Educacional e Desafios Contemporâneos

A inclusão educacional consolidou-se, nas últimas décadas, como um dos principais princípios orientadores das políticas educacionais contemporâneas, fundamentando-se no reconhecimento da diversidade como característica inerente ao processo educativo. Diferentemente de modelos tradicionais que concebiam a escola como espaço homogêneo, a perspectiva inclusiva compreende que as diferenças individuais, sociais, culturais e econômicas devem ser consideradas como elementos constitutivos do ensino e da aprendizagem. Nesse sentido, promover inclusão significa garantir não apenas o acesso dos estudantes às instituições escolares, mas assegurar condições efetivas de participação, permanência e desenvolvimento educacional.

A educação inclusiva representa uma mudança paradigmática na organização dos sistemas educacionais, exigindo transformações nas práticas pedagógicas, nos currículos, na gestão escolar e nas políticas públicas. Conforme destaca Mantoan (2015), a inclusão não consiste em adaptar o estudante ao modelo escolar já existente, mas em reorganizar a própria escola para acolher a diversidade presente na sociedade. Segundo a autora:



Incluir é não deixar ninguém de fora da escola comum, isto é, ensinar a todas as crianças indistintamente (MANTOAN, 2015, p. 28).

Essa perspectiva amplia o entendimento sobre o papel da escola e reforça a necessidade de construir ambientes educacionais mais democráticos e acessíveis.

No contexto internacional, documentos orientadores passaram a influenciar fortemente as políticas nacionais de inclusão, destacando-se iniciativas voltadas ao fortalecimento da equidade educacional e ao combate às formas históricas de exclusão escolar. A inclusão passou a ser entendida como direito humano fundamental e condição indispensável para o desenvolvimento social sustentável. Entretanto, embora avanços legislativos e institucionais tenham ampliado o reconhecimento desse direito, a implementação prática ainda enfrenta obstáculos significativos.

No cenário brasileiro, as políticas públicas educacionais vêm incorporando progressivamente princípios inclusivos, especialmente após a ampliação dos direitos sociais e educacionais estabelecidos pela legislação nacional. Contudo, permanece evidente a existência de desafios que dificultam a concretização desses objetivos no cotidiano das escolas. Entre esses desafios destacam-se limitações estruturais, dificuldades de gestão, desigualdades socioeconômicas e fragilidades relacionadas à formação dos profissionais da educação.

Entre os fatores mais frequentemente apontados pela literatura especializada está a insuficiência na formação inicial e continuada dos docentes. A atuação em ambientes educacionais diversos exige conhecimentos específicos relacionados à adaptação curricular, ao planejamento pedagógico flexível e ao desenvolvimento de metodologias capazes de contemplar diferentes ritmos e estilos de aprendizagem. No entanto, muitos cursos de formação ainda apresentam abordagens limitadas sobre inclusão e diversidade.

Nóvoa (2019) argumenta que o desenvolvimento profissional docente deve ser compreendido como processo contínuo de construção da identidade profissional e de fortalecimento das competências pedagógicas. Segundo o autor:

“A formação dos professores deve estar centrada na construção da profissionalidade docente e na valorização das práticas educativas” (NÓVOA, 2019, p. 10).

Essa compreensão reforça que políticas inclusivas não produzem resultados consistentes sem investimento permanente na valorização e preparação dos profissionais da educação.

Outro aspecto que influencia diretamente a efetividade da inclusão educacional refere-se às condições estruturais das instituições escolares. A construção de espaços acessíveis e adequados às necessidades dos estudantes constitui requisito essencial para a garantia do direito à educação. Entretanto, em muitos contextos, persistem dificuldades relacionadas à infraestrutura física, ausência

de recursos tecnológicos e limitações na oferta de materiais pedagógicos adequados.

De acordo com Carvalho (2019), a acessibilidade deve ser compreendida de forma ampliada, contemplando dimensões arquitetônicas, pedagógicas, comunicacionais e tecnológicas. A autora destaca que eliminar barreiras significa criar condições para participação plena dos estudantes nos processos educacionais. Assim, a qualidade da infraestrutura escolar deixa de ser apenas questão administrativa e passa a representar elemento central para consolidação das práticas inclusivas.

Além dos aspectos estruturais, a implementação da inclusão exige mudanças metodológicas que favoreçam diferentes formas de aprendizagem. O processo educativo contemporâneo demanda práticas pedagógicas mais flexíveis e centradas no estudante, superando modelos uniformizadores que historicamente contribuíram para processos de exclusão.

Nesse sentido, Booth e Ainscow (2011) afirmam que escolas inclusivas são aquelas que desenvolvem continuamente estratégias para identificar e remover barreiras à aprendizagem e à participação. Para os autores, a inclusão não deve ser tratada como programa isolado, mas como princípio organizador da cultura escolar.

A articulação entre políticas públicas e gestão educacional também representa desafio relevante. Muitas iniciativas formuladas em nível governamental enfrentam dificuldades na implementação local devido à ausência de planejamento institucional, escassez de acompanhamento técnico e limitações administrativas.

Mainardes (2018) destaca que políticas educacionais não são executadas de maneira automática, sendo constantemente reinterpretadas pelos atores escolares conforme suas condições e contextos específicos. Dessa forma, o sucesso das ações inclusivas depende da capacidade das escolas em transformar diretrizes normativas em práticas concretas.

Paro (2018) complementa essa discussão ao afirmar que processos de gestão democrática favorecem ambientes mais participativos e sensíveis às demandas da comunidade escolar. Para o autor, escolas que promovem diálogo e participação tendem a apresentar melhores condições para implementar propostas inclusivas.

Outro desafio contemporâneo refere-se às desigualdades socioeconômicas que continuam influenciando fortemente o acesso e a permanência dos estudantes na escola. A exclusão educacional frequentemente está associada às condições materiais de vida, ampliando situações de vulnerabilidade e comprometendo oportunidades de aprendizagem.

Dubet (2020) argumenta que sistemas educacionais reproduzem desigualdades sociais quando não desenvolvem mecanismos capazes de compensar diferenças estruturais existentes entre os estudantes. Nesse contexto, políticas inclusivas precisam estar articuladas com estratégias mais amplas de proteção social e promoção da equidade.

Freire (2021), ao refletir sobre o papel social da educação, enfatiza que ensinar exige compromisso ético com a transformação da realidade. Conforme afirma:

“Ensinar exige compreender que a educação é uma forma de intervenção no mundo” (FREIRE, 2021, p. 98).

Essa perspectiva reforça que a inclusão educacional não pode ser reduzida a procedimentos técnicos ou administrativos, constituindo processo político e social orientado pela defesa dos direitos humanos.

Quadro 1 – Principais desafios contemporâneos para efetivação da inclusão educacional

Desafios	Implicações Para A Inclusão
Formação insuficiente dos docentes	Limitação das práticas pedagógicas inclusivas
Infraestrutura inadequada	Restrição de acesso e participação
Escassez de recursos pedagógicos	Dificuldades no processo de aprendizagem
Fragilidade na gestão escolar	Baixa efetividade das políticas públicas
Desigualdades socioeconômicas	Ampliação da exclusão educacional

Fonte: Elaborado pelos autores (2026).

Diante do exposto, verifica-se que a inclusão educacional permanece como desafio permanente das políticas públicas contemporâneas. Embora os avanços normativos tenham ampliado o reconhecimento do direito à educação, sua efetivação exige transformações estruturais, institucionais e pedagógicas capazes de garantir condições concretas de aprendizagem para todos os estudantes. A consolidação de uma educação inclusiva depende da

articulação entre Estado, escola e sociedade na construção de ambientes educacionais comprometidos com a equidade, a diversidade e a justiça social.

Gestão Escolar e Formação Docente

A consolidação de uma educação inclusiva e socialmente comprometida exige a atuação articulada de diferentes sujeitos e estruturas institucionais, entre os quais se destacam a gestão escolar e a formação docente. Esses elementos ocupam posição estratégica no processo de implementação das políticas públicas educacionais, uma vez que influenciam diretamente a organização do ambiente escolar, a construção das práticas pedagógicas e a garantia do direito à aprendizagem para todos os estudantes. Em uma perspectiva contemporânea, compreender a escola como espaço de diversidade implica reconhecer que gestores e professores desempenham funções complementares na promoção de processos educativos mais democráticos e inclusivos.

Nas últimas décadas, o debate educacional passou a enfatizar que a qualidade da educação não depende exclusivamente da existência de normas legais ou investimentos estruturais, mas também da capacidade institucional de transformar princípios normativos em ações concretas no cotidiano escolar. Nesse contexto, a gestão escolar deixa de assumir caráter predominantemente administrativo e passa a exercer função pedagógica, organizacional e social.

Essa compreensão amplia o papel do gestor escolar, que deixa de ser apenas administrador de recursos e passa a atuar como articulador das relações institucionais e mediador dos processos de ensino e aprendizagem.

No contexto da educação inclusiva, o gestor assume responsabilidade fundamental na construção de ambientes escolares capazes de acolher diferentes formas de aprender e participar. Isso envolve promover condições organizacionais favoráveis à inclusão, incentivar práticas colaborativas entre professores, estimular processos de formação continuada e acompanhar o desenvolvimento das ações pedagógicas.

Paro (2018) argumenta que a gestão democrática constitui elemento indispensável para efetivação das políticas educacionais e fortalecimento da participação coletiva. Segundo o autor:

“A administração escolar democrática exige que todos os envolvidos participem efetivamente das decisões da escola” (PARO, 2018, p. 42).

A perspectiva defendida por Paro reforça que ambientes educacionais inclusivos dependem do envolvimento da comunidade escolar na definição de objetivos, estratégias e prioridades institucionais.

Nesse cenário, a liderança escolar assume papel decisivo na consolidação de culturas institucionais orientadas pela valorização da diversidade. Gestores comprometidos com práticas inclusivas tendem a promover espaços de diálogo, cooperação e corresponsabilidade, fortalecendo relações mais participativas entre professores, estudantes e famílias.

Entretanto, estudos recentes indicam que muitas instituições ainda enfrentam dificuldades para incorporar práticas de gestão alinhadas aos princípios inclusivos. Entre os principais desafios observados estão a centralização das decisões, limitações no planejamento pedagógico, insuficiência de recursos institucionais e fragilidade nos processos de acompanhamento das políticas públicas.

De acordo com Lück (2022), a liderança educacional contemporânea exige competências relacionadas ao planejamento estratégico, gestão de pessoas e desenvolvimento institucional. Para a autora, gestores escolares devem ser capazes de mobilizar recursos e construir processos coletivos orientados para melhoria contínua da qualidade da educação.

Paralelamente ao papel da gestão, a formação docente representa dimensão essencial para efetivação das políticas inclusivas. O professor ocupa posição central na mediação do conhecimento e na criação de experiências pedagógicas capazes de respeitar a diversidade presente na sala de aula.

A formação inicial e continuada dos docentes passou a ser reconhecida como um dos fatores mais relevantes para qualidade da educação e para implementação de práticas inclusivas. Isso ocorre porque o trabalho pedagógico contemporâneo exige competências que ultrapassam o domínio dos conteúdos disciplinares, incorporando aspectos metodológicos, éticos, relacionais e reflexivos.

Segundo Nóvoa (2019), os processos formativos precisam abandonar modelos exclusivamente técnicos e valorizar a construção da identidade profissional docente. Para o autor:

“Não há transformação da escola sem transformação da profissão docente” (NÓVOA, 2019, p. 6).

Essa perspectiva evidencia que a formação deve preparar professores para interpretar contextos diversos, desenvolver práticas inovadoras e responder aos desafios emergentes da educação contemporânea.

No âmbito da inclusão educacional, formar professores significa desenvolver capacidades relacionadas à flexibilização curricular, adaptação metodológica, avaliação diversificada e construção de estratégias pedagógicas que respeitem diferentes ritmos e formas de aprendizagem.

Conforme destacam Pletsch e Glat (2021), um dos principais desafios enfrentados pelas escolas brasileiras está na insuficiente articulação entre políticas de formação docente e demandas reais do cotidiano escolar. Muitas vezes, programas de capacitação apresentam caráter excessivamente teórico e pouco conectado às situações concretas vivenciadas pelos professores.

Nesse sentido, autores contemporâneos defendem modelos de desenvolvimento profissional baseados na prática reflexiva e na aprendizagem colaborativa.

Tardif (2020) argumenta que os saberes docentes são construídos por meio da experiência profissional e das interações estabelecidas no contexto escolar. Para o autor:

“Os saberes dos professores são temporais, plurais e construídos no exercício da profissão” (TARDIF, 2020, p. 36).

Essa concepção amplia o entendimento sobre formação docente, compreendendo que o desenvolvimento profissional não ocorre apenas durante a graduação, mas ao longo de toda trajetória de atuação.

Outro aspecto relevante refere-se à necessidade de integrar conhecimentos técnicos, pedagógicos e humanos nos programas formativos. A educação inclusiva demanda profissionais capazes de compreender aspectos relacionados à diversidade cultural, desigualdades sociais e direitos educacionais.

Freire (2021) destaca que ensinar não se reduz à transmissão de conteúdos, exigindo compromisso ético e capacidade crítica diante das realidades sociais. Segundo o autor: “Ensinar exige respeito aos saberes dos educandos” (FREIRE, 2021, p. 31).

Essa perspectiva reforça que práticas pedagógicas inclusivas dependem da valorização das experiências e dos contextos vivenciados pelos estudantes.

Além disso, o uso crescente das tecnologias educacionais e das metodologias ativas tem ampliado as exigências sobre a formação docente. Professores contemporâneos precisam desenvolver competências digitais e metodológicas capazes de favorecer ambientes de aprendizagem mais acessíveis e participativos.

Libâneo (2021) ressalta que o fortalecimento da profissionalização docente constitui condição indispensável para melhoria da qualidade educacional e redução das desigualdades escolares.

Diante desse cenário, observa-se que gestão escolar e formação docente não devem ser compreendidas como dimensões isoladas,

mas como processos interdependentes que influenciam diretamente a efetivação das políticas inclusivas. Escolas capazes de promover liderança democrática e investir continuamente no desenvolvimento profissional tendem a apresentar melhores condições para construir práticas pedagógicas comprometidas com a equidade e com o direito à educação.

Considerações Finais

A inclusão educacional constitui um dos maiores desafios das políticas públicas contemporâneas, especialmente diante da necessidade de garantir que o direito à educação seja efetivamente assegurado a todos os sujeitos, independentemente de suas condições sociais, econômicas, culturais ou individuais. Ao longo deste estudo, observou-se que, embora tenham ocorrido importantes avanços normativos e institucionais nas últimas décadas, ainda persistem obstáculos significativos que limitam a consolidação de sistemas educacionais verdadeiramente inclusivos.

A análise realizada permitiu compreender que as políticas públicas educacionais desempenham papel central na promoção da equidade e na democratização do ensino, porém sua efetividade depende da articulação entre diferentes dimensões do processo educativo. Entre os fatores identificados como determinantes para o sucesso das ações inclusivas destacam-se a qualidade da gestão escolar, a formação inicial e continuada dos docentes, a adequação da infraestrutura institucional, a disponibilidade de recursos pedagógicos e a existência de mecanismos permanentes de acompanhamento e avaliação das políticas implementadas.

Os resultados discutidos evidenciaram que a inclusão educacional não deve ser compreendida apenas como ampliação do acesso à escola, mas como garantia concreta de permanência, participação e aprendizagem em condições de igualdade. Nesse sentido, verificou-se que ambientes escolares inclusivos exigem transformações estruturais e pedagógicas capazes de reconhecer e valorizar a diversidade presente no espaço educativo. A efetivação desse processo requer não apenas investimentos materiais, mas também mudanças culturais e institucionais orientadas pelos princípios da justiça social e do respeito às diferenças.

Além disso, constatou-se que a gestão escolar e a formação docente assumem papel estratégico na implementação das políticas inclusivas. Gestores e professores tornam-se agentes fundamentais na construção de práticas pedagógicas democráticas e na criação de ambientes educacionais que favoreçam o desenvolvimento integral dos estudantes. Nesse contexto, fortalecer programas de desenvolvimento profissional e ampliar espaços de participação coletiva representam medidas essenciais para consolidar processos educativos mais acessíveis e equitativos.

Outro aspecto relevante identificado refere-se à necessidade de superação das desigualdades socioeconômicas que continuam influenciando diretamente o acesso às oportunidades educacionais. A promoção da inclusão exige ações intersetoriais que articulem educação, assistência social, financiamento público e planejamento institucional, reconhecendo que o direito à educação está diretamente relacionado às condições sociais que envolvem os sujeitos do processo educativo.

Dessa forma, conclui-se que a construção de uma educação inclusiva demanda compromisso permanente entre Estado, instituições escolares e sociedade civil, por meio da formulação e implementação de políticas públicas capazes de transformar garantias legais em experiências concretas de aprendizagem e participação. Espera-se que este estudo contribua para o aprofundamento das discussões acadêmicas sobre inclusão educacional e incentive novas pesquisas voltadas ao desenvolvimento de estratégias que fortaleçam a efetivação do direito à educação em diferentes contextos sociais e institucionais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BOOTH, Tony; AINSCOW, Mel. *Index para inclusão: desenvolvendo a aprendizagem e a participação nas escolas*. 3. ed. Bristol: Centre for Studies on Inclusive Education, 2011.

BRASIL. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 23 dez. 1996.

CARVALHO, Rosita Edler. *Educação inclusiva: com os pingos nos "is"*. 12. ed. Porto Alegre: Mediação, 2019.

CURY, Carlos Roberto Jamil. Direito à educação: direito à igualdade, direito à diferença. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, v. 38, n. 134, p. 293–303, maio/ago. 2008.

DUBET, François. *O que é uma escola justa?* São Paulo: Cortez, 2020.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. 67. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2021.

GLAT, Rosana; PLETSCHE, Márcia Denise. Inclusão escolar e formação docente: práticas e pesquisas contemporâneas. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2021.

LIBÂNEO, José Carlos. Organização e gestão da escola: teoria e prática. 6. ed. São Paulo: Heccus Editora, 2021.

LÜCK, Heloísa. Gestão educacional: uma questão paradigmática. 15. ed. Petrópolis: Vozes, 2022.

MAINARDES, Jefferson. Políticas educacionais: questões e dilemas. São Paulo: Cortez, 2018.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. Inclusão escolar: o que é? por quê? como fazer? São Paulo: Moderna, 2015.

NÓVOA, António. Os professores e a sua formação num tempo de metamorfose da escola. Lisboa: Instituto de Educação da Universidade de Lisboa, 2019.

PARO, Vitor Henrique. Gestão democrática da escola pública. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2018.

PLETSCHE, Márcia Denise; SOUZA, Flávia Faissal de. Educação inclusiva e práticas pedagógicas: desafios contemporâneos. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2020.

SAVIANI, Dermeval. História das ideias pedagógicas no Brasil. 4. ed. Campinas: Autores Associados, 2013.

SOUZA, Celina. Políticas públicas: uma revisão da literatura. Sociologias, Porto Alegre, n. 16, p. 20–45, jul./dez. 2006.

TARDIF, Maurice. Saberes docentes e formação profissional. 18. ed. Petrópolis: Vozes, 2020.

UNESCO. Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais. Brasília, DF: CORDE, 1994.

UNITED NATIONS. Transforming our world: the 2030 agenda for sustainable development. New York: United Nations, 2015.

ZABALA, Antoni. A prática educativa: como ensinar. Porto Alegre: Artmed, 2020.

¹ Mestre em Tecnologias Emergentes em Educação – Must University – Estados Unidos. E-Mail: [acesse o artigo original para visualizar o e-mail.](#)

² Doutoranda em Ciências da Educação Facultad Interamericana de Ciências Sociales –Asunción, Paraguay. E-mail: [acesse o artigo original para visualizar o e-mail.](#)

³ Doutoranda em Ciências da Educação – Christian Business School – Paris, França. E-mail: [acesse o artigo original para visualizar o e-mail.](#)

⁴ Doutor em Ciências da Educação – Christian Business School – Paris, França. E-mail: [acesse o artigo original para visualizar o e-mail.](#)

⁵ Doutorando em Ciências da Educação – Christian Business School – Paris, França. E-mail: [acesse o artigo original para visualizar o e-mail.](#)

⁶ Doutorando em Ciências da Educação – UNINTER – Ciudad del Este, Paraguai. E-mail: [acesse o artigo original para visualizar o e-mail.](#)

⁷ Mestranda em Tecnologias Emergentes em Educação – Must University – Estados Unidos. E-mail: [acesse o artigo original para visualizar o e-mail.](#)

⁸ Mestranda em Ciências da Educação – Christian Business School – Paris, França. E-mail: [acesse o artigo original para visualizar o e-mail.](#)

⁹ Doutoranda em Ciências da Educação – Christian Business School – Paris, França. E-mail: [acesse o artigo original para visualizar o e-mail.](#)

¹⁰ Mestre em Tecnologias Emergentes em Educação – Must University – Estados Unidos. E-mail: [acesse o artigo original para visualizar o e-mail.](#)

¹¹ Mestra em Tecnologias Emergentes em Educação – Must University – Estados Unidos. E-mail: [acesse o artigo original para visualizar o e-mail.](#)